


[A RDAI](#)
[Equipe RDAI](#)
[Edições](#)


[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 1 \(2017\)](#) / [Artigos](#)

## Breve estudo sobre a natureza jurídica do valor exigido para o fornecimento domiciliar de água potável sob regime de concessão - Valéria Furlan

A brief study on the legal nature of the tariffs charged for the supply service of piped drinkable water to domiciles under the regime of concessions

**scite\_**

✓	0
✗	0
?	0

### Valéria Furlan

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

 <https://orcid.org/0000-0001-6072-8958>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/01.vf>

**Palavras-chave:** Constitucional; Tributário; Administrativo; Financeiro e Econômico

### Resumo

O presente artigo versa sobre a natureza jurídica da remuneração de serviço público quando prestado por particular, com especial destaque para o serviço de fornecimento domiciliar de água potável canalizada. Emprega-se o método dedutivo de investigação, mediante procedimento com métodos monográfico e histórico, e técnica de pesquisa acentuadamente bibliográfica, para a análise de livros e artigos científicos sobre Direito Constitucional, Administrativo, Econômico, Financeiro e Tributário no que concerne à acepção jurídica de serviço público e a possibilidade de incidência de tarifa, taxa ou imposto em face do ordenamento jurídico brasileiro.

## Downloads

Não há dados estatísticos.

## Biografia do Autor

### **Valéria Furlan, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)**

Doutora em Direito pela PUC/SP. Professora titular da disciplina de Direito Tributário na FDSBC, onde também leciona Prática Jurídica Tributária e coordena Cursos de Extensão e de Especialização Lato Sensu sobre temas de Direito Tributário. Autora e organizadora de obras jurídicas, dentre as quais IPTU e Apontamentos de Direito Tributário, pela Malheiros Editores, e de artigos jurídicos em revistas especializadas. Conselheira na Junta de Recursos Fiscais em São Bernardo do Campo. Advogada, consultora e parecerista, com ênfase em Direito Público - valfurlan@uol.com.br

## Referências

\_\_\_\_. Curso de Direito Constitucional Tributário. 27ª ed., São Paulo: Malheiros, 2011. PEREIRA JÚNIOR, J. Tensões dos agentes judiciais no controle da corrupção. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 2, p. 85-98, 30 set. 2017. <https://doi.org/10.48143/rdai/02.jtpj>

\_\_\_\_. ICMS. ed. 14ª, São Paulo: Malheiros, 2009.

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 5ª ed., 2ª tir., São Paulo: Malheiros, 1993.

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BARRETO, Aires Fernandino. ISS na Constituição e na lei. 2ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

CAETANO, Marcelo. Princípios fundamentais do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

CARRAZZA, Roque Antonio. "ISS sobre serviços prestados em regime de delegação de serviço público", pp. 351-368. Em Imposto sobre serviços – ISS na Lei Complementar n. 116/03 e na Constituição. Coord. Heleno Taveira Torres, v. 2, Barueri/SP: Manole, 2004.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. "ISS sobre serviços prestados em regime de delegação de serviço público", pp. 369-396. Em Imposto sobre serviços – ISS na Lei Complementar n. 116/03 e na Constituição. Coord. Heleno Taveira Torres, v. 2, Barueri/SP: Manole, 2004.

COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2009.

**scite\_**

	0
	0
	0

DAL POZZO, Augusto Neves. Aspectos Jurídicos da Permissão de Uso de Bem Público destinado à Comercialização de Alimentos. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.10, p.187-206, 2016.

DAL POZZO, Augusto Neves. Breves considerações sobre o ato discricionário no regime jurídico-administrativo brasileiro. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.09, p.173-190, 2016.

DAL POZZO, Augusto Neves. CAMMAROSANO, M.; VALIM, R. Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC (Lei nº 12.462/2011; Decreto nº 7.581/2011) Aspectos Fundamentais. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1. p.275.

DAL POZZO, Augusto Neves. FACCHINATTO, Renan Marcondes. Modificações nos regimes jurídicos das parceiras Público-Privadas e do setor educacional-Fomento aos investimentos e redução de riscos para a Iniciativa Privada. Revista Brasileira de Infraestrutura RBInf, v.04, p.259-274, 2013.

DAL POZZO, Augusto Neves. José Roberto Pimenta Oliveira; BERTOCCELLI, R. P. Tratado sobre o Marco Regulatório do Saneamento Básico no Direito Brasileiro. São Paulo: Contracorrente, 2017, v.1. p.1034.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos Tribunais de Contas e o exercício da função administrativa. Revista Internacional de Direito Público-RIDP, v.01, p.185-214, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos tribunais de contas e o exercício da função administrativa. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.32-59, 2015.

<b>scite_</b>	
	0
	0
	0

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos tribunais de contas e o exercício da função administrativa. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.32-59, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. PARLATORE, A. C. Método de planejamento econômico-financeiro em projetos de infraestrutura. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.01, p.193-205, 2014.

DAL POZZO, Augusto Neves. PIMENTA, J. R. Estudos sobre o Marco Regulatório de Saneamento Básico no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1. p.400.

DAL POZZO, Augusto Neves. Procedimento de Manifestação de Interesse e o planejamento estatal de infraestrutura. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v.13, p.23-33, 2014.

DAL POZZO, Augusto Neves. VALIM, R. R. A.; PIMENTA, J. R. Tratado sobre o Princípio da Segurança Jurídica no Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2013, v.1. p.819.

DAL POZZO, Augusto Neves. VALIM, R.; AURELIO, B.; FREIRE, A. L. Parcerias Público-Privadas-Teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura. Belo Horizonte: Fórum, 2014, v.1. p.518.

DAL POZZO, Augusto Neves. Concessão de serviço público. Diferenças entre o regime da Lei nº 8.666/93 e o da Lei nº 8.987/95. Possibilidade de superação dos limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 nos contratos de concessão de serviços públicos. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.01, p.279-294, 2012.

DAL POZZO, Augusto Neves. DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz; FACCHINATTO, Renan Marcondes; DAL POZZO, B. N. D. Lei Anticorrupção-Apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013. São Paulo: Contracorrente, 2014, v.1. p.240.

FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. "Derrotabilidade das normas jurídicas e a sua aplicabilidade: o diálogo principiológico entre o direito contratual civil e o direito contratual administrativo." Revista da Faculdade de Direito UFPR, v. 52, 2010, pp. 81-99.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 11ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2006.

LIMA, Ruy Cirne. Princípios de Direito Administrativo. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

LUZ, Sérgio Roberto Baasch. "Regulamentação e serviços públicos". Novos Estudos Jurídicos. V. 9 (2004), pp. 77-85.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Direito Tributário nas Súmulas do STF e do STJ. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONDES, Ricardo Martins; SANTANO, Ana Claudia. Una lectura neoconstitucional de la teorICA del poder de poliCIa. REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS, v.3, p.87-114, 2016.

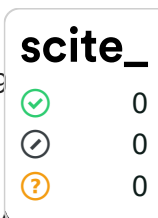
<http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.47575>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Apontamentos sobre a desapropriação no direito brasileiro. Revista Trimestral de Direito Público, v.57, p.87-110, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Arbitragem e administração pública: contribuição para o sepultamento do tema. Revista Trimestral de Direito Público, v.54, p.194-209, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Arbitragem e administração pública: contribuição para o sepultamento do tema. Interesse Público (Impresso), v.64, p.85-104, 2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. As normas gerais de direito urbanístico. RERE (Salvador), v.20, p.01-16, 2010.



MARTINS, Ricardo Marcondes. Direito fundamental de acesso à informação. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v.14, p.127 -, 2014.

<http://dx.doi.org/10.21056/aec.v14i56.96>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Estágio probatório e avaliação de desempenho. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública-RBEFP, v.13, p.09-35, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Manutenção de concessão de serviço público considerada inválida pelo Tribunal de Contas. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.2, p.269-291, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Motivação dos atos administrativos: conteúdo da motivação e consequências da motivação insuficiente-justificativa do preço na contratação direta; retroatividade da jurisprudência do Tribunal de Contas. Revista Brasileira de Infraestrutura RBInf, v.7, p.227-257, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Natureza jurídica das Organizações Sociais e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v.167, p.48-62, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento-Regularidade fiscal-Invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v.166, p.61-69, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento-regularidade fiscal-invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. BLC (São Paulo), v.11, p.1173-1181, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Princípio da liberdade das formas no direito administrativo. Interesse Público (Impresso), v.80, p.83-124, 2013.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Princípio da Titularidade Pública das Coisas de Ninguém. Revista Trimestral de Direito Público, v.56, p.117-136, 2011.


MARTINS, Ricardo Marcondes. Proporcionalidade e boa administração. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.310-338, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Prorrogações excepcionais do contrato administrativo (Parecer). REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.10, p.209-229, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regime estatutário e Estado de Direito. Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, v.8, p.181-197, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regime estatutário e Estado de Direito. Revista Trimestral de Direito Público, v.55, p.139-155, 2011.

**scite\_**

	0
	0
	0

MARTINS, Ricardo Marcondes. Sanções administrativas no Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC. Revista Brasileira de Infraestrutura & RBInf, v.8, p.47-88, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria das contrafações administrativas. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v.16, p.115 -, 2016.

<http://dx.doi.org/10.21056/aec.v16i64.241>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria dos princípios formais. Interesse Público (Impresso), v.98, p.65-94, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Terceirização na Administração Pública: comentários sobre o RE 760.931. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura-RDAI, v.1, p.311-333, 2017.

MELO, José Eduardo Soares de; PAULSEN, Leandro. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

MELO, Milena Petters; GATTO, Andrea. "Água como bem comum no quadro da governança democrática: algumas reflexões críticas a partir das bases da economia ecológica e sobre a necessidade de um novo direito público". Novos Estudos Jurídicos. V. 9, n. 1 (2014), pp. 95-121.

PASSOS, Daniel Silva. "A atualização do serviço público no âmbito do direito administrativo com o europeu". Revista Interesse Público – IP. Belo Horizonte: ed. Fórum, ano 14, n. 72, mar-abr/2012, 181-98.

scite_	
	0
	0
	0

PEREIRA FILHO, Luiz Alberto. "As taxas e os preços no ordenamento jurídico brasileiro", em Curso de Especialização em Direito Tributário – Estudos analíticos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho, coord. Eurico Marcos Diniz de Santi, Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PESTANA, M. A exorbitância nos contratos administrativos. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 1, p. 141-162, 30 jun. 2017. <https://doi.org/10.48143/rdai/01.mp>

PULIDO, C. Constituições sem constitucionalismo e a desproporção da proporcionalidade: dois aspectos da encruzilhada dos direitos fundamentais no neoconstitucionalismo. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 2, p. 25-56, 30 set. 2017. <https://doi.org/10.48143/rdai/02.cbp>

REIS, M. Regulação contratual: uma revisita contemporânea à teoria do ato-condição. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 3, p. 87-133, 30 set. 2017. <https://doi.org/10.48143/rdai/03.mmr>

RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ, J. Derecho Administrativo y Derechos Sociales Fundamentales. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 1, p. 259-268, 30 set. 2020.

<https://doi.org/10.48143/rdai/01.jram>

SANTANA, J.; CASTRO, R. O poder de compra do estado como ferramenta de fomento ao desenvolvimento local: uma visão estratégica de aplicação do estatuto das micro e pequenas empresas. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 1, p. 163-200, 30 set. 2017.

<https://doi.org/10.48143/rdai/01.jes>

SARABIA, A. The sanctioning system in public procurement in Venezuela. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 2, p. 253-307, 30 set. 2017. <https://doi.org/10.48143/rdai/02.acs>

SCHIAVI, P. El derecho al ovido y a la protección de datos personales en Uruguay. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 2, p. 309-331, 30 set. 2017. <https://doi.org/10.48143/rdai/02.ps>

SCHIRATO, V. O Controle interno da Administração Pública e sua aplicação às contratações públicas. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 3, p. 51-83, 30 set. 2017.

<https://doi.org/10.48143/rdai/03.vrs>

SOARES, R.; SANTOS, C. O processo de justiça transicional na Administração Pública brasileira. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 2, p. 111-162, 30 set. 2017.

<https://doi.org/10.48143/rdai/02.rmfs>

SOUZA, M. Tutela Jurídica do Patrimônio Cultural Brasileiro. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 4, n. 15, p. 171-192, 19 nov. 2020.

SPAOLONZI, M. Novos rumos judiciais nas decisões de políticas públicas. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 1, p. 283-310, 30 jun. 2017. <https://doi.org/10.48143/rdai/01.mgps>

TÁCITO, Caio. Revista de Direito Administrativo. Jul-set/2003, vol. 233. Rio de Janeiro: Renovar, pp. 373-76.

TAVARES, A. Acesso especial à infraestrutura rodoviária e práticas administrativas inconstitucionais. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 1, p. 39-67, 30 jun. 2017.

<https://doi.org/10.48143/rdai/01.art>

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário. Vol. IV, Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

TOURINHO, R. Organizações sociais no ordenamento jurídico brasileiro: ultrapassando os limites da omissão legislativa. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 4, n. 15, p. 111-145, 19 nov. 2020.

UNGER, R. A alternativa nacional e o setor de infraestrutura. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 1, n. 1, p. 23-38, 30 jun. 2017. <https://doi.org/10.48143/rdai/1.rmu>

**scite\_**

	0
	0
	0



ISSN 2526-8120

# 1 | RD AI

abril / junho 2017

scite\_

✓	0
⊘	0
?	0

REVISTA DE  
**DIREITO  
ADMINISTRATIVO E**



# INFRAESTRUTURA

*Journal of Public Law and Infrastructure*

Publicado  
2017-06-30

## Como Citar

FURLAN, V. Breve estudo sobre a natureza jurídica do valor exigido para o fornecimento domiciliar de água potável sob regime de concessão - Valéria Furlan. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura**, v. 1, n. 1, p. 69-90, 30 jun. 2017.

Fomatos de Citação

## Edição

[v. 1 n. 1 \(2017\)](#).

## Seção

Artigos

scite\_

✓	0
✗	0
?	0

Copyright (c) 2017 Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](#).

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da COPE - *Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as [Regras para a submissão e avaliação da RDAI](#).

0

## Realização



**ibeji**

INSTITUTO  
BRASILEIRO DE  
ESTUDOS  
JURÍDICOS DA  
INFRAESTRUTURA

**scite\_**

✓	0
⊗	0
?	0

RDAl está no Publons

**Comente**

**Endosse**

**Avalie**

**Critique**



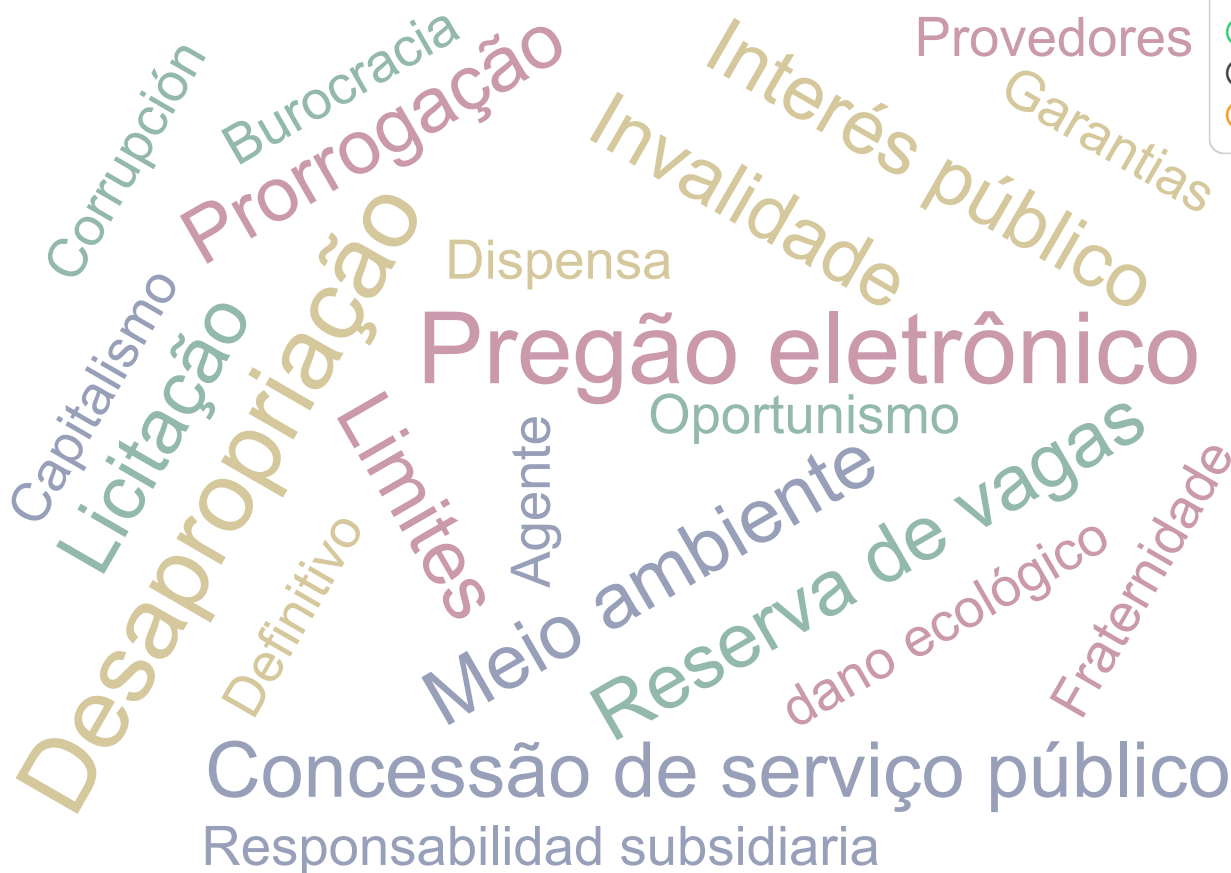
**PUBLONS**  
EVALUATING ACADEMIC RESEARCH

Identificadores



Enviar Submissão

Palavras-chave



scite_	
✓	0
🕒	0
?	0

## Base de dados



## Indexador



## RDAI Academia.edu



## RDAI Google Acadêmico



### scite\_

	0
	0
	0

## Informações

[Para Leitores](#)

[Para Autores](#)

[Para Bibliotecários](#)

## Idioma

[English](#)

[Português \(Brasil\)](#)

[Español \(España\)](#)

[Deutsch](#)

[Français \(Canada\)](#)

[Français \(France\)](#)[Bahasa Indonesia](#)[Українська](#)[简体中文](#)[فارسی](#)[Türkçe](#)[Português \(Portugal\)](#)[Italiano](#)[العربية](#)[Open Journal Systems](#)

Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 9º andar - 04547-005 - Vila Olímpia - São Paulo - Telefone: +55 11 3058-7800

©2020 RDAI | Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura.

[início](#) - [acervo](#) - [busca](#) - [contato](#) - [acesso](#) - [registro](#)

scite\_

	0
	0
	0

Platform &  
workflow by  
**OJS / PKP**